

Advocacia-Geral da União apresenta pedido de habeas corpus no Supremo Tribunal Federal para que o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello possa ficar em silêncio no depoimento à CPI e não corra risco de detenção. Integrantes da comissão se dividem sobre solicitação

# Manobra para evitar prisão

» AUGUSTO FERNANDES  
» LUIZ CALCAGNO  
» RENATO SOUZA

A Advocacia-Geral da União (AGU) apresentou um pedido de habeas corpus ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello possa ficar em silêncio no interrogatório à CPI da Covid, previsto para quarta-feira. O principal argumento é de que a oitiva poderia antecipar um “inadequado juízo de valor sobre culpabilidade” do general nas ações de enfrentamento à pandemia no período em que ele esteve no governo.

Segundo a AGU, a maioria dos membros da CPI tem adotado uma postura de induzir as testemunhas a darem declarações que possam, de alguma forma, demonstrar falhas do presidente Jair Bolsonaro e de outros integrantes do Executivo no combate à crise sanitária.

O órgão cita os pedidos de prisão feitos na CPI contra Fábio Wajngarten, ex-secretário de Comunicação Social da Presidência, como exemplos da conduta parcial dos senadores que fazem parte do colegiado. Ainda diz que o mesmo poderia acontecer no depoimento de Pazuello. “Essa situação de completo desconhecimento sobre o teor do que é investigado, bem como as declarações públicas feitas por alguns integrantes da CPI da Pandemia, revelam a necessidade de que seja garantido que, por ocasião do depoimento, o impetrante/paciente tenha assegurado o direito de responder somente ao que não lhe incriminar, não podendo o seu eventual silêncio gerar qualquer ameaça de tipificação de crime de falso testemunho e/ou ameaça de prisão em flagrante”, sustenta a AGU.

De todos os ex-ministros da Saúde da gestão Bolsonaro, Pazuello é apontado como um dos principais responsáveis pela dificuldade do governo em contornar os efeitos da covid-19, sobretudo pela suspeita de omissão na compra de vacinas contra a doença e por ter estabelecido uma série de protocolos autorizando a utilização de remédios sem eficácia comprovada contra o novo coronavírus.

Pazuello já foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) por ter cometido improbidade administrativa devido ao colapso da rede pública de saúde do Amazonas, entre o fim de dezembro de 2020 e janeiro deste ano, por conta da pandemia. De acordo com a instituição, o ex-ministro colaborou para o caos sanitário na unidade da Federação, entre outros motivos, por

## “Não ser constrangido nem preso”

O primeiro pedido de HC apresentado ao STF foi formulado pelo advogado Rafael Mendes de Castro Alves. Ele solicita que Pazuello tenha o direito de permanecer calado no depoimento e seja acompanhado de um advogado, além de “não ser constrangido nem preso, tal como reclama natureza jurídica do remédio constitucional impetrado”. Segundo o defensor, privar o ex-ministro desses direitos seria o mesmo que levá-lo a um “tribunal de exceção”.

pressionar médicos amazonenses a receitarem medicamentos sem indicação científica para tratamento precoce contra a covid-19 e se omitir em apoiar o cumprimento das regras de isolamento social. Também foi sob a gestão do militar que a segunda onda elevou o número de brasileiros mortos pelo vírus. O país chegou a registrar 4.249 óbitos em um único dia.

## Alternativas

O habeas corpus vai ser relatado pelo ministro Ricardo Lewandowski, pois um outro pedido semelhante, apresentado por um advogado que não representa o ex-ministro, foi sorteado e ficou com o magistrado. A tendência é de que Lewandowski aceite o pedido de habeas corpus.

Interlocutores do ministro dizem que ele avalia existir jurisprudência embasando direito ao “remédio constitucional” nesses casos.

O vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou que o depoimento de Pazuello é central para a CPI, mas que, caso o general não compareça ou permaneça em silêncio, existem outros meios de sanar as dúvidas dos membros do colegiado, requerendo documentos e ouvindo outros nomes do Ministério da Saúde. “Só acho que não precisa (habeas corpus). O senhor Eduardo Pazuello é convidado como testemunha, não como indiciado. É um caso sui generis, em que uma testemunha pede para ser tratada como indiciado”, destacou.

O principal defensor do governo no colegiado, Marcos Rogério (DEM-RO) acredita que Pazuello age corretamente ao tentar um habeas corpus. “A par de tudo que está acontecendo na CPI, se eu fosse ele, ia buscar o Judiciário para pedir um HC. Não porque ele tenha que temer qualquer coisa, é porque as ameaças aconteceram veladamente no início, e depois passaram a ser ameaças em público”, argumentou.

Num evento em Alagoas, estado do senador Renan Calheiros (MDB), o presidente Jair Bolsonaro disparou ofensas ao parlamentar, relator da CPI da Covid, e disse que o desafeto está “fazendo show” para tirá-lo do poder. O chefe do Executivo criticou o trabalho da comissão e, indiretamente, chamou o político nordestino de “vagabundo” e “picareta”.

“Agradeço a Deus pela minha segunda vida e também a Ele que, pelas mãos da grande maioria de vocês, me botaram à frente do Executivo nacional. É difícil? Sabíamos. Não vai ser fácil, sabemos também, porque sempre tem alguém picareta, vagabundo, querendo atrapalhar o trabalho daqueles que produzem. Se Jesus teve um traidor, temos um vagabundo inquirindo pessoas de bem em nosso país. É um crime o que vem acontecendo nessa CPI”, acusou, durante a entrega de 500 unidades habitacionais no estado.

Bolsonaro repetiu que somente Deus pode fazê-lo perder o

Evaristo Sá/AFP



Marcada para a próxima quarta-feira, a oitiva do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello é considerada pela CPI como crucial

## Bolsonaro ataca, e Calheiros revida

» INGRID SOARES

Num evento em Alagoas, estado do senador Renan Calheiros (MDB), o presidente Jair Bolsonaro disparou ofensas ao parlamentar, relator da CPI da Covid, e disse que o desafeto está “fazendo show” para tirá-lo do poder. O chefe do Executivo criticou o trabalho da comissão e, indiretamente, chamou o político nordestino de “vagabundo” e “picareta”.

“Agradeço a Deus pela minha segunda vida e também a Ele que, pelas mãos da grande maioria de vocês, me botaram à frente do Executivo nacional. É difícil? Sabíamos. Não vai ser fácil, sabemos também, porque sempre tem alguém picareta, vagabundo, querendo atrapalhar o trabalho daqueles que produzem. Se Jesus teve um traidor, temos um vagabundo inquirindo pessoas de bem em nosso país. É um crime o que vem acontecendo nessa CPI”, acusou, durante a entrega de 500 unidades habitacionais no estado.

Bolsonaro repetiu que somente Deus pode fazê-lo perder o

### Apoio e protesto

Na chegada a Alagoas, sem máscara, Bolsonaro cumprimentou apoiadores com apertos de mãos e abraços e tirou selfies, causando aglomeração. Muitos não usavam o equipamento de proteção ou o faziam de maneira errada. O presidente também foi recebido com protesto. Integrantes de movimentos sociais e estudantes atearam fogo a pneus e pedaços de madeira próximo a um viaduto em ato contra o chefe do Planalto.

mandato. “Um recado que eu tenho para esse indivíduo: se quer fazer um show tentando me derubar, não fará. Somente Deus me tira daquela cadeira”, frisou. Durante discurso de ministros, surgiram gritos de “Renan vagabundo”. Bolsonaro levantou a mão, incitando o coro a continuar. O titular do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, que falava no momento, emendou: “A voz do povo é a voz de Deus”.

Na quarta-feira, o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) hostilizou Calheiros na sessão da CPI em que o relator pediu a prisão do ex-secretário

de Comunicação da Presidência da República Fábio Wajngarten por falso testemunho. O filho 01 do chefe do Planalto chamou o parlamentar de “vagabundo”.

### “Mortes”

Calheiros reagiu aos xingamentos do mandatário. “São inúteis as tentativas do presidente de tentar me intimidar. São infrutíferas as manobras para mandar o filho me ofender. (...) O país já sabe que Bolsonaro e bom senso não cabem na mesma frase”, afirmou. Em vídeo, gravado na sala da CPI, continuou: “Acabo de ser infor-

mado que o presidente foi a Alagoas em avião presidencial inaugurar obra já inaugurada e me atacar pessoalmente e atacar esta comissão. Em resposta ao presidente da República, quero dizer que o que nos preocupa verdadeiramente é o número de mortes que aconteceu no Brasil. São mais de 428 mil vítimas”, frisou. “Se ele não respeita a CPI, por favor, pare com baixarias. Ele tem interesses próprios, nós temos uma causa. As suas agressões são só por falso testemunho. O filho 01 do chefe do Planalto chamou o parlamentar de inquerito não vai sucumbir a isso”.

Em live, à noite, Bolsonaro voltou à carga contra Calheiros por ter declarado que “não faz parte do objetivo da CPI apurar desvio de recursos”. “Imagine mais um para quem tem 17 processos no Supremo. Isso é um deboche”, acrescentou o chefe do Planalto, em tom irônico. Na transmissão, o presidente não mencionou, em nenhum momento, o depoimento de Wajngarten. (Colaborou Rosana Hessel)

## CPI chama Yamaguchi e “Capitã Cloroquina”

YouTube/Reprodução



A médica Nise Yamaguchi defende o uso de cloroquina contra a covid

» SARAH TEÓFILO

A CPI da Covid aprovou, ontem, a convocação da secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro, conhecida como “Capitã cloroquina”. No início do ano, a integrante da pasta viajou com uma comitiva para o Amazonas, poucos dias antes de o sistema de saúde do estado entrar em colapso por falta de oxigênio. Ela chegou a enviar um ofício à Secretaria de Saúde de Manaus pressionando a gestão municipal a usar medicamentos antivirais orientados pelo ministério contra o novo coronavírus. No documento, classifica como “inadmissível” a não adoção da orientação. A pasta vinha recomendando a utilização de medicamentos como ivermectina e cloroquina, ambos sem eficácia comprovada contra a doença.

No mesmo ofício, Mayra Pinheiro solicitava autorização para que pudesse realizar “visita às unidades básicas de saúde

### Documentos sobre remédios

A CPI aprovou requerimentos que pedem ao Ministério das Relações Exteriores todos os dados, telegramas e documentos sobre a obtenção de cloroquina para o Brasil na pandemia, além de vacinas. Na mesma linha, foi aceito o pedido de cópia de telegramas ou outras comunicações formais do Itamaraty para embaixadas brasileiras no exterior, organismos internacionais ou para empresas solicitando agilização ou intervenção no processo de aquisição, importação ou fornecimento de medicamentos “supostamente indicados” contra a doença. Outro requerimento aprovado solicita informações do presidente da farmacêutica EMS, Carlos Sanches, sobre a produção de medicamentos que compõem o denominado “kit covid”.

destinadas ao atendimento preventivo à covid-19, para que seja difundido e adotado o tratamento precoce como forma de diminuir o número de internações e óbitos decorrentes da doença”. “Aproveitamos a oportunidade para ressaltar a comprovação científica sobre o papel das medicações antivirais orientadas pelo Ministério da Saúde, tornando, dessa forma, inadmissível, diante da gravidade da situação de saúde em Manaus, a não adoção da referida orientação”, pontuou.

Durante evento em Manaus, ao falar sobre recursos executados no Amazonas, Mayra Pinheiro afirmou que foram distribuídos e entregues em janeiro “120 mil comprimidos de hidroxicloroquina para o tratamento precoce da doença e mais de nove mil unidades de medicamentos para uso durante a intubação”. Na época, o Ministério da Saúde também lançou, em Manaus, com a presença do então titular da pasta, Eduardo Pazuello, um aplicativo que incentivava o uso de re-

médios sem eficácia comprovada contra a covid-19.

### Requerimentos

Também foram aprovados convites para que compareçam à comissão a oncologista e imunologista Nise Yamaguchi e os médicos Ricardo Dimas Zimmermann, Francisco Eduardo Cardoso Alves e Flávio Cadegiani. Nise é conhecida por defender o uso de cloroquina em pacientes com covid-19 e já foi cotada para assumir o Ministério da Saúde. Ela foi citada em depoimento do presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antonio Braga Torres, como responsável por sugerir a alteração da bula do medicamento para recomendar o uso em pacientes com o novo coronavírus.

Além dos convites, os senadores convocaram a representante do Movimento Alerta, a médica Jurema Werneck, que compila dados sobre covid-19 no país. Ela também é diretora-executiva da Anistia Internacional Brasil.